



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **4002483-32.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão**
 Requerente: **Isabela Fernanda de Araújo Mazaro**
 Requerido: **BANCO PANAMERICANO SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em a que a autora almeja à devolução de valores que entende foram indevidamente incluídos no contrato de financiamento do seu veículo.

Considerando que a cobrança foi indevida, visa ao reconhecimento da ilegalidade de tais taxas, por serem nulas e abusivas à luz do Código de Defesa do Consumidor.

Em contestação a ré alega defende a legalidade de tais tarifas, pleiteando a improcedência da ação.

Pelo que se extrai dos autos, o contrato de financiamento foi firmado em 13 de dezembro de 2010, enquanto que o ajuizamento da ação se deu somente em 19 de dezembro p.p.

Preservado o respeito aos que perfilham entendimento diverso, reputo a pretensão da autora está prescrita.

Isso porque em última análise a pretensão deduzida está lastreada na ilegalidade da cobrança feita à autora, o que obviamente rendeu ensejo ao enriquecimento da ré em detrimento dele.

A circunstância desse enriquecimento sem causa operar-se através de indevido pagamento, cuja restituição se tenciona agora, não altera aquela conclusão porque ainda assim é de rigor reconhecer que a hipótese envolve claramente a reparação pelo enriquecimento sem causa.

Nesse contexto, o prazo prescricional da ação, é regido pelo art. 206, § 3º, inc. IV, do Código Civil, correspondendo a três anos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A regra geral do art. 205 do mesmo diploma legal há de ser afastada porque ela própria é expressa em determinar que sua incidência somente tem lugar quando não existir fixação de prazo menor (“*A prescrição ocorre em 10 (dez) anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor*”).

Ora, sendo precisamente isso o que sucede na espécie dos autos, em que há contemplação de prazo mais exíguo compatível com a natureza da pretensão da autora, conclui-se que já se tinha escoado o prazo no qual a demanda poderia ser aforada quando de seu ajuizamento.

Também esse tem sido o recente posicionamento do Colégio Recursal desta Comarca:

*Contrato firmado em maio de 2007 e ação ajuizada em março de 2012. A prescrição deve ser reconhecida “in casu”, de ofício como prevê o art. 269, IV do CPC. Trata-se de típica demanda em que se busca repetição de pagamento entendido indevido, aplicável, no que ao caso interessa, o art. 206, parágrafo 3º, IV do Código Civil, acrescido pela reforma de 2002 (Lei n. 10.406) e sem dispositivo correspondente no Código Civil de 1916. Segundo a inicial o pagamento foi efetuado e agora o autor busca a “repetição”, a devolução, a pretexto da ocorrência de “abusividade”. Assim, é de rigor negar provimento ao recurso, e julgar extinta a demanda com a devida apreciação do mérito. (Colégio Recursal – São Carlos/SP – Recurso Inominado nº 5935 Rel. **MILTON COUTINHO GORDO** – 14/10/2013)*

No mesmo sentido: Recursos Inominados nºs. 5726 e 5799.

Isto posto reconheço, de ofício, a prescrição da ação e julgo extinto o processo com fundamento no art. 269, inc. IV, do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 31 de janeiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**